

# Impasse por dívida e aceno à direita: o ano de Zema

Renegociação de rombo bilionário de Minas Gerais expôs fraturas da relação entre Assembleia e governador, que inicia o segundo mandato com guinadas no discurso para agradar ao eleitorado bolsonarista de olho nas eleições de 2026

LUISA MARZULLO  
luisa.marzullo@globo.com.br

Poucos dias após ser reeleito governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), foi tomado pelo entusiasmo de, pela primeira vez, ter ao seu lado a maior parte dos deputados da Assembleia Legislativa (57 dos 77 parlamentares). No primeiro dia da legislatura, contudo, o bom presságio caiu por terra quando o candidato governista para a Presidência da Casa, Roberto Andrade (Patriota), foi derrotado por Tadeu Martins Leite (MDB). A dificuldade na relação com o Legislativo permeou todo o 2023 de Zema, que teve na renegociação da dívida do estado — avaliada em R\$ 165,6 bilhões — seu maior desafio, em um ano que o mineiro buscou se projetar nacionalmente de olho na corrida presidencial de 2026 e nos votos da direita, aproveitando o vácuo deixado pela inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O modelo de Regime de Recuperação Fiscal (RRF) foi enviado por Zema à Assembleia em outubro, dois meses antes do prazo do Supremo Tribunal Federal (STF) para que o pagamento fosse reestabelecido pelo Executivo. A proposta não agradou os parlamentares por trazer medidas impopulares como a privatização de três estatais e o congelamento dos salários dos servidores públicos por nove anos. Como o Executivo não apresentou outra proposta, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), e deputados formularam um plano paralelo que prevê a federalização de empresas e um programa de recuperação fiscal (Refis) com descontos em caso de pagamento à vista da dívida.

O STF prorrogou o prazo para o plano por mais três meses e a expectativa é que o plano de Pacheco seja costurado junto ao governo federal. Mas o governo Zema não desistiu de aprovar o RRF.

— Sabemos que o governo



Ans 5. O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), renegociação da dívida e dificuldades com a Assembleia no início do segundo mandato

## O PRIMEIRO ANO DO SEGUNDO MANDATO



**Renegociação da dívida**  
Apontada como o maior desafio de Zema, a proposta de Regime de Recuperação Fiscal (RRF) foi enviada à Assembleia em outubro e não agradou aos parlamentares por causa das medidas impopulares, como a privatização de estatais e congelamento de salários. Ainda sem solução, STF ampliou o prazo para reestabelecer o pagamento.



**Relação com a Assembleia**  
Ao longo do ano, foi de altos e baixos. O candidato governista para a presidência, Roberto Andrade (Patriota), perdeu para Tadeu Martins Leite (MDB). Não bastasse a derrota, o fôlego amigável presente nos gabinetes de uma base frágil. Mas houve vitórias apertadas, como o aumento do ICMS em itens superlucros.



**Acenos ao bolsonarismo**  
Em busca do apoio da direita, se aproximou do bolsonarismo. Numa solenidade que concedeu a Bolsonaro o título de cidadão honorário de Minas, aproveitou para elogiar a gestão da pandemia e a relação com o governo estadual. Mas não foi suficiente e acabou criticado nas redes sociais pelos filhos do ex-presidente.



**Rancho e aumento de 300%**  
Zema foi alvo de críticas ao investir R\$ 41,2 milhões na recuperação da estrada que leva até o sítio de sua família, em Ritaina (SP). Provocou polêmica ao comparar os estados do Nordeste a "vaquinhas que produzem pouco" e ao aumentar em quase 300% seu salário sob a justificativa de corrigir o piso do funcionalismo.

Memso com dificuldades com a base, Zema conseguiu uma mudança de postura: o orçamento para o aumento do ICMS em itens superlucros, que impacta a arrecadação do estado. Também aprovou a reforma administrativa, que criou duas novas secretarias — Comunicação Social e Casa

Civil. Esta medida representou uma mudança de postura: o orçamento para o aumento do ICMS em itens superlucros, que impacta a arrecadação do estado. Também aprovou a reforma administrativa, que criou duas novas secretarias — Comunicação Social e Casa

Ao longo do ano, Zema também angariou polêmicas, como a aprovação de um aumento de quase 300% de seu salário sob a justificativa de corrigir o piso do funcionalismo público no estado. A medida chegou a ser questionada pelo STF. Em julho, a base de Zema concedeu benefícios bilionários às locadoras de veículos,

medida que favoreceu diretamente doadores de campanha do governador, o que também gerou críticas da oposição. Em junho, reportagem do GLOBO mostrou que o governo investiria R\$ 41,2 milhões na recuperação de uma estrada que leva até o sítio de sua família, localizado em Ritaina (SP), próxima a sua cidade natal, Araxá (MG). Em nota, o governo afirmou que a escolha foi pautada "unicamente em preceitos técnicos".

## FRASES E HOMENAGEM

Em agosto deste ano, em entrevista ao "Estado de São Paulo", Zema comparou os estados do Nordeste a "vaquinhas que produzem pouco". A fala foi repudiada por governadores da região, mas defendida por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. "Sibius palavras", disse o deputado Coronel Sandro (PL-MG), em evento que o ex-mandatário recebeu o título de cidadão honorário mineiro. Zema esteve presente à solenidade na Assembleia e posou ao lado de Bolsonaro, já cassado à época.

O governador também manteve o hábito de publicar frases motivacionais nas redes e, em duas dessas postagens, se tornou alvo de repúdio: uma por ser atribuída ao ditador fascista italiano Benito Mussolini e outra, do ex-presidente dos Estados Unidos James Madison, que liga a democracia à escolha de tiranos. Para Thiago Silame, doutor em Ciências Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), há um cálculo político nos movimentos de Zema.

— Zema tem se afastado do governo federal pensando na dimensão política. Talvez ele esteja tentando marcar posição com o eleitorado de Bolsonaro, questionando o modelo de 2026, pensando na possibilidade de ser um candidato viável. Em relação às declarações polêmicas, acaba agradando esse eleitorado — afirma.

## Aumento da passagem de metrô e ônibus em BH vira briga judicial

Reajuste opôs parlamentares às gestões de Zema e do prefeito Fuad Norman

O aumento das passagens de ônibus e metrô na região metropolitana de Belo Horizonte, que entrou em vigor na última sexta-feira, se tornou motivo para uma briga judicial entre deputados da oposição, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e o prefeito da capital, Fuad Norman (PSD). No metrô, a tarifa sofreu um reajuste de 7,15%, passando de R\$ 7,20 para R\$ 7,70. Já nos ônibus, o aumento foi de 16%, de R\$ 4,50 para R\$ 5,25.

Após o anúncio por parte do governo estadual de que as tarifas seriam reajustadas, o deputado federal e pré-candidato à prefeitura de BH, Rogério Corrêa (PT), acionou o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMCG) contra seus adver-

**R\$ 5,25**

é o novo preço da passagem de ônibus em Belo Horizonte, que passa a ser uma das capitais com transporte público mais caro do país, segundo dados do I.

sários políticos. — É um aumento injustificado e que afetará uma enorme massa de trabalhadores de 34 municípios que necessitam circular diariamente pela Grande BH, em veículos precários — disse Corrêa, que protocolou a ação junto com deputados estaduais e vereadores do PT e PV.

Na quinta-feira, a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Belo Horizonte concedeu a liminar que suspendeu

o aumento das passagens por avaliar que havia "indícios de que tal valor se encontra desproporcional, sendo necessário a realização de cálculos/perícia para apurar a real necessidade do aumento de passagens", segundo trecho da decisão.

A gestão de Fuad Norman, contudo, recorreu ao TJMG, que derrubou a liminar na madrugada de sexta-feira, o que fez o aumento entrar em vigor. O desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, que preside o tribunal, defendeu que o Judiciário deve se restringir ao juízo de legalidade e abusividade das ações do Executivo, o que em sua avaliação não foi cometido. Ao GLOBO, Rogério Corrêa afirmou não ter tido acesso ao documento



Transporte mais caro. O prefeito de Belo Horizonte Fuad Norman (PSD) requereu questionado na Justiça

assinado pelo presidente do TJMG, mas que o grupo de parlamentares da oposição irá recorrer.

## ENTRE AS MAIS CARAS

Corrêa é um dos nomes da esquerda que devem concorrer às eleições da capital mineira. A também deputada Duda Salabert (PDT) é outro nome já lançado. Com o reajuste — o segun-

do no ano —, Belo Horizonte passou a ter a sexta passagem de ônibus mais cara entre as capitais do país, segundo levantamento feito pelo g1. Curitiba ocupa o primeiro lugar com o bilhete de ônibus de R\$ 6. Em Florianópolis, a passagem também custa R\$ 6, se for pagam dinheiro, e R\$ 4,98, no cartão. Já em Porto Velho, o preço se mantém em

R\$ 6 para a tarifa cheia e R\$ 4,50 para a tarifa social.

Em Recife, os bilhetes variam de R\$ 2,70 a R\$ 5,60, de acordo com o trajeto de cada linha. Brasília adota o mesmo esquema de cobrança, de R\$ 2,70 a R\$ 5,50. Em seguida, Belo Horizonte aparece na lista, com a tarifa agora de R\$ 5,25. (Luisa Marzullo, com informações do g1).